

**Perguntas de Esclarecimento sobre o Vigésimo Quarto
Concurso Interamericano de Direitos Humanos da
Academia de Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário**

1. **Arcadia teve alguma participação no estabelecimento dos acampamentos mencionados no parágrafo 15 dos fatos do caso?**

Não, Arcadia não participou do estabelecimento dos acampamentos que se estabeleceram nos Estados Unidos de Tlaxcochitlán.

2. **São os delitos contemplados nos antecedentes penais dos 808 waienses considerados como “graves delitos comuns” tal como se assinala no artigo 40 ‘2’ da Lei sobre Refugiados e Proteção Complementar de Arcadia?**

Os delitos pelos quais foram condenados os waienses são considerados como “graves delitos comuns” de acordo com a legislação interna de Arcadia e abrangem os seguintes: sequestros, extorsões, homicídios, violência sexual, narcotráfico, tráfico de pessoas e recrutamento forçado.

3. **Qual foi o critério para decidir quais pessoas seriam colocadas no centro migratório ou nos pavilhões do centro penitenciário que se estabelecem no parágrafo 22 dos fatos do caso?**

O principal critério para determinar o lugar de detenção de cada pessoa foi o sexo. As mulheres tiveram prioridade para permanecer nas instalações da estação migratória, e a maioria dos homens foi transferida aos centros penitenciários, onde foram alojados em pavilhões separados de modo que não estivessem em contato com as pessoas privadas de liberdade em razão da comissão de delitos.

4. **Quais medidas de preservação da unidade familiar dos migrantes eram adotadas em Arcadia?**

Consultar a resposta à pergunta número 21.

5. **Qual era a situação jurídica das pessoas integrantes da caravana no período em que cruzaram Estados Unidos de Tlaxcochitlán na direção de Arcadia em julho e agosto de 2014?**

Os waienses que integravam a caravana encontravam-se em situação migratória irregular.

6. **Considerando que Arcadia organizou uma reunião extraordinária com múltiplas instituições estatais de diferentes níveis e com agentes do sistema ONU na chegada da caravana, quais foram as medidas que esses agentes recomendaram para o gerenciamento da situação excepcional?**

Na reunião foram feitas certas recomendações aos Estados, entre as que incluíram-se: i) garantir o direito a solicitar e receber asilo; ii) garantir o direito à não devolução; iii) respeitar o direito de ingressar ao território e a não rejeição na fronteira; iv) implementar mecanismos para identificar a pessoas em necessidade de proteção internacional e necessidade de proteção especial; v) oferecer assistência humanitária; vi) garantir os direitos econômicos, sociais e culturais das pessoas.

7. **Qual é o Produto Interno Bruto de Arcadia?**

O produto interno bruto de Arcadia era de 325 bilhões de dólares em 2014.

8. Dos 808 indivíduos com antecedentes penais que foram retornados a Puerto Waira, algum deles foi separado da sua família ou crianças como resultado da devolução?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

9. Foi oferecida assistência consular ou representação legal aos 808 wairenses deportados?

As autoridades de Arcadia forneceram folhetos informativos a todos os wairenses, informando que podiam ter acesso à assistência consular de seu país. No entanto, nenhuma pessoa decidiu solicitá-la. As autoridades de Arcadia remeteram às pessoas detidas uma lista que continha os seus direitos. Adicionalmente, as autoridades informaram as pessoas de maneira verbal e escrita, que podiam solicitar assistência e representação jurídica e, nesse sentido, os funcionários entregaram-lhes uma lista com dados de contato das organizações da sociedade civil e clínicas jurídicas que poderiam assessorá-los e representá-los legalmente. Não obstante o anterior, as organizações da sociedade civil e as clínicas jurídicas não tinham capacidade para oferecer assistência a todos os wairenses.

10. Quais recursos e procedimentos contemplava a legislação da República de Arcadia para reclamar da decisão de exclusão da qualificação de refugiado?

Os recursos disponíveis para impugnar a exclusão da condição de refugiado dentro da legislação de Arcadia classificam-se em dois tipos: administrativos e constitucionais.

No âmbito administrativo estão previstos os recursos de Reconsideração e Cassação Administrativa. O primeiro deles consiste na revisão de uma decisão administrativa que se considera foi adotada de forma ilegal ou que gera efeitos na esfera jurídica da pessoa interessada. É apresentada perante a mesma autoridade que adotou a decisão recorrida, e é resolvida pela pessoa com maior cargo hierárquica da instituição. O recurso de Cassação Administrativa consiste na impugnação de uma decisão administrativa perante um tribunal especializado na matéria.

Por outro lado, os recursos constitucionais buscam proteger os direitos fundamentais das pessoas e procedem contra violações diretas à constituição e aos tratados internacionais dos quais o Estado de Arcadia seja parte. Estes recursos são o Juízo de Amparo, o qual pode ser apresentado perante qualquer autoridade jurisdicional, a qual deverá enviá-lo ao Juiz de Amparo competente; e a Revisão, que é resolvida pela Corte Constitucional de Arcadia, procede contra a decisão de um Juiz de Amparo que negue a proteção constitucional e não é suscetível a impugnação posterior.

De forma independente dos recursos anteriores, existe o procedimento de Reparação do Dano Direto, por meio do qual as pessoas que tenham sofrido efeitos nos seus bens ou direitos devido a atividade administrativa irregular do Estado, poderão receber uma indenização conforme o estabelecido na Lei da matéria.

11. De acordo com o parágrafo 22 do caso, 808 pessoas provenientes de Puerto Waira foram detidas, 490 delas no centro de detenção migratória e as outras 318 em pavilhões separados do centro penitenciário da localidade fronteiriça de Pima. Com base em qual normativa se privou de liberdade as 808 pessoas provenientes de Puerto Waira?

A detenção dos wairenses com antecedentes penais foi determinada com base no artigo 111 da Lei Geral sobre Migração que estabelece o seguinte:

1. O Instituto Nacional de Migração (INM) poderá determinar a aplicação de medidas privativas de liberdade para os estrangeiros que não possam provar sua presença legal no país com a finalidade de assegurar seu comparecimento ao procedimento de determinação de sua

situação migratória, garantir a aplicação de uma ordem de expulsão e, de maneira excepcional, quando for determinado que a pessoa representa ou pode representar uma ameaça à segurança pública.

2. A privação de liberdade só acontecerá depois que a autoridade administrativa realize uma análise de sua procedência e proporcionalidade para o caso concreto.

3. Esta disposição será aplicável para as pessoas que se enquadrem na suposição do artigo 30 da Lei de Refugiados e Proteção Complementar.

12. Dentro do grupo de 808 personas excluídas do reconhecimento da condição de refugiado, existiam menores de 18 anos de idade?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

13. Na decisão que determinou a deportação de 808 migrantes de Puerto Waira as autoridades levaram em consideração eventual separação da família e o superior interesse das crianças envolvidas?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

14. Há previsão na lei doméstica de Arcadia da possibilidade de detenção migratória de refugiados? Em quais casos?

Consultar a resposta à pergunta número 11.

15. Foi garantido aos 808 migrantes de Puerto Waira que foram privados de sua liberdade em Arcadia o direito de se comunicarem com o consulado do seu país de origem e o direito de serem ouvidos por um juiz competente?

No relativo à assistência consular, consultar a resposta à pergunta 9.

Quanto à detenção, foi realizada uma avaliação individualizada de cada caso e decidiu-se que a detenção era necessária para assegurar que as pessoas comparecessem, devido aos seus antecedentes penais, além de considerar que a finalidade sempre foi a deportação devido ao Acordo que foi emitido e ao fato de que estariam enquadradas no estabelecido pelas cláusulas de exclusão da Convenção de 1951 sobre o Estatuto dos Refugiados.

16. O parágrafo 22 dos fatos do caso assinala a detenção das pessoas migrantes com antecedentes penais, conforme o anterior, antes de ser deportadas estas pessoas receberam assistência consular em conformidade com a Convenção de Viena sobre Relações Consulares e outros tratados aplicáveis a fim de garantir os direitos humanos das pessoas?

Consultar a resposta à pergunta 9.

17. Sobre as 808 pessoas do caso que foram detidas e posteriormente deportadas, quantas destas pessoas encontravam-se em situação de vulnerabilidade e sendo assim qual era sua condição?

O grupo das 808 pessoas deportadas de Arcadia estava integrado por 89 mulheres e 719 homens maiores de idade. Nenhuma pessoa em situação de extrema vulnerabilidade foi excluída da proteção internacional, detida nem expulsa de Arcadia.

18. Quais foram as condições e o tratamento dado aos migrantes detidos nos centros de detenção migratórios e penitenciários de Arcadia?

Durante sua detenção, os wairenses tiveram acesso a serviços de alimentação, saúde, educação e atividades recreativas de diverso tipo. Tiveram a possibilidade de receber visitas de parentes, amigos e de seus representantes legais, assim como de comunicar-se por telefone com eles.

19. Nos termos da legislação de Arcadia, considera-se ser a extorsão um grave delito comum?

Consultar a resposta à pergunta 36.

20. Nos termos da legislação de Arcadia, permite-se a detenção por meros antecedentes criminais?

Consultar a resposta à pergunta número 11.

21. No processo de retirada das 808 pessoas de Arcadia, houve comprovada separação de famílias ou crianças foram expulsas junto com os adultos?

Nenhuma criança ou adolescente foi excluída da proteção internacional, detida nem expulsa de Arcadia. Porém, como consequência que algumas famílias foram separadas, pois algum de seus pais ou outras pessoas ou familiares sob cujos cuidados encontravam-se foram deportadas para os Estados Unidos de Tlaxcochitlán. As crianças que encontravam-se nesta situação foram entregues aos cuidados de seus parentes mais próximos em Arcadia ou foram postos sob a custódia do Estado, alojados em Centros de Proteção à Infância (que não constituem centros de detenção) onde receberam serviços de alimentação, saúde, educação e lazer à espera de estabelecer contato com familiares que pudessem assumir seus cuidados.

22. Quando Arcadia analisou as solicitações de asilo das pessoas com antecedentes penais determinou que 729 dos 808 casos se tratavam de “alto risco” de sofrer tortura caso deportadas para Puerto Waira e os 79 casos restantes contavam com uma “probabilidade razoável”. Gonzalo Belano fazia parte de qual grupo de estatística?

A determinação do risco que Gonzalo Belano tinha de sofrer tortura era de “probabilidade razoável” e foi realizada pelas autoridades de Arcadia levando em consideração as circunstâncias de sua antiga filiação a uma gangue, análise de contexto do país de origem e conforme as normas nacionais e internacionais pertinentes.

23. No Decreto do presidente Javier Valverde no qual ordenava a deportação das pessoas excluídas do reconhecimento da condição de refugiado, o mesmo notificou que sem resposta e comunicação de outros Estados existiria a necessidade de devolver as pessoas com antecedentes criminais a Puerto Waira. Mesmo os antecedentes que não configuram grave delito comum?

Não. O acordo estava em consonância com a sua legislação interna e, portanto, unicamente tratava-se de delitos graves.

24. Ao realizar a análise do pedido de asilo, a detenção e o julgamento dos recursos, foi de alguma forma disponibilizada assistência jurídica a Gonzalo Belano e a essa população no Estado de Arcadia?

As autoridades de Arcadia enviaram às pessoas detidas uma lista que continha os seus direitos. Adicionalmente, as autoridades informaram às pessoas de maneira verbal e escrita que poderiam solicitar assistência e representação jurídica e, nesse sentido, os funcionários entregaram às pessoas uma lista com dados de contato das organizações da sociedade civil e clínicas jurídicas que poderiam assessorá-los e representá-los legalmente. Não obstante o anterior, as organizações da sociedade civil e as clínicas jurídicas não tinham capacidade para oferecer assistência a todos os wairenses.

25. Quais foram as disposições acertadas no acordo entre Arcadia e os Estados Unidos de Tlaxcochitlan com relação à segurança e os direitos como solicitantes de asilo dos 808 solicitantes de asilo?

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

26. Quais foram os crimes cometidos pelos demais 807 solicitantes de asilo, e foram esses cometidos em circunstâncias similares às de Gonzalo Belano?

Consultar a resposta à pergunta número 2. Por outro lado, os delitos cometidos por estas pessoas foram realizados em circunstâncias análogas às do senhor Gonzalo Belano.

27. Quais foram as diretrizes adotadas pelo Ministério do Interior sob o Artigo 30 para enfrentar a entrada massiva da caravana?

As medidas adotadas encontram-se descritas nos parágrafos 17 e 18 dos fatos do caso.

28. Parágrafo 9 do Caso Hipotético: Não está claro quais foram os instrumentos específicos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos ratificados. Portanto, coloca-se a questão: quais foram os instrumentos do Sistema Interamericano de Direitos Humanos ratificados por Arcadia?

Esta informação está detalhada no parágrafo 9 dos fatos do caso.

29. Parágrafo 22 do Caso Hipotético: havia menores de idade dentre as 318 personas detidas em pavilhões separados de centros penitenciários?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

30. Parágrafo 30 do Caso Hipotético: Quais eram os delitos presentes nos antecedentes penais de Gonzalo Belano?

Verificar o estabelecido no parágrafo 30 dos fatos do caso.

31. Quanto aos estabelecimentos em que as pessoas ficaram presas e detidas, as regras mínimas das Nações Unidas para o tratamento dos reclusos (Regras de Mandela) foram cumpridas?

Consultar a resposta à pergunta número 18.

32. Qual o mais alto grau de jurisdição de Arcadia e quais os recursos existentes na esfera penal/administrativa?

Consultar a resposta à pergunta número 10.

33. Dos crimes praticados pelas 808 pessoas rejeitadas, houve trânsito em julgado e cumprimento de pena?

Sim.

34. Dentre os deportados havia PESSOAS VULNERÁVEIS, como, por exemplo, comunidades étnicas, ou pessoas com língua diferente à de Arcadia, ou menores de idade não acompanhados ou separados de suas famílias, ou mulheres, ou mulheres grávidas, ou doentes terminais, ou descapitados, ou famílias separadas ou obrigadas a retornar com o deportado? E se for assim, receberam tratamento especial em atenção à sua condição?

Consultar a resposta à pergunta número 17.

35. Que providências tomou Arcadia para se assegurar que Tlaxcochitlán não iria devolver os 808 deportados a Puerto Waira? No marco dessas providências, existem antecedentes de devolução de migrantes entre Arcadia e Tlaxcochitlán, semelhantes ao caso mencionado no parágrafo 27 dos fatos do caso?

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

36. Quais são os critérios normativos para qualificar como muito graves os delitos comuns de que trata o art. 40 da Lei de Refugiados e Proteção Complementar de Arcadia e qual a justificativa no caso concreto que liga tais delitos com a segurança nacional de Arcadia? De existir alguma disposição normativa que os defina, por favor descrever o seu conteúdo assim como foi feito para os parágrafos N°. 11, 12 e 13 do caso.

A Lei de Refugiados e Proteção Complementar remete à Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados para a aplicação das cláusulas de exclusão.

37. Quais foram as recomendações feitas pela CIDH ao Estado de Arcadia?

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

38. Podemos entender que todas as pessoas com antecedentes penais que foram deportadas de Arcadia, já tinham cumprido suas condenações em Puerto Waira? De ser afirmativa a resposta, que tipo de delitos tinham cometido? Tinham pertencido a gangues?

Consultar às respostas às perguntas número 2 e 33.

39. Quantas mulheres e crianças encontravam-se entre o grupo de 808 pessoas deportadas de Arcadia, e quantos dos deportados foram separados de suas famílias por ter antecedentes penais?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

40. A respeito do que versa o parágrafo 10, quais as políticas em matéria de integração para pessoas migrantes e refugiadas que Arcádia desenvolveu?

Foram criadas campanhas de sensibilização e capacitação de funcionários públicos e para a população em geral para evitar a discriminação e a xenofobia, assim como para que fossem conhecidos os direitos das pessoas migrantes e refugiadas. Além disso, criou-se um projeto para assessorar as pessoas na busca de emprego e inserção em programas sociais de direitos econômicos, sociais e culturais. Solicitou-se

também o apoio das organizações da sociedade civil e dos organismos internacionais para implementar estratégias de integração em diferentes setores.

41. Arcádia previa, em lei anterior ao presente caso, a negativa da solicitação de refúgio àqueles que possuíam antecedentes criminais?

A lei contempla a exclusão nos termos do seu artigo 40 (como definido no caso). Antes desta lei, a legislação de Arcadia cumpria com as obrigações estabelecidas na Convenção sobre o Estatuto dos Refugiados de 1951 e seu Protocolo.

42. O que foi estabelecido no acordo entre Arcádia e os Estados Unidos de Tlaxcochitlán em relação ao tratamento que seria dado às 808 pessoas?

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

43. Quantas pessoas provenientes de Puerto Waira foram reconhecidas como refugiadas em Arcadia entre os anos 2012 y 2015?

Desde meados da década de 2000 vinha se observando um aumento gradual no número de solicitantes de asilo e de refugiados. Porém, a partir de 2012 o número de solicitantes de asilo e de refugiados começou a aumentar de maneira significativa. Em 2012 contabilizavam-se 5.500 pessoas refugiadas, ao passo que no fim de 2015 havia 18.000 pessoas refugiadas.

44. Qual foi a resposta multi-setorial das Agências das Nações Unidas, assinaladas no parágrafo 17?

Consultar a resposta à pergunta número 6.

45. Das pessoas que integraram a caravana de migrantes, quantas foram reconhecidas como refugiadas?

Todas as pessoas que não foram detidas e expulsas.

46. Os crimes cometidos pelos outros 807 migrantes tinham ligação com os praticados por gangues em Waira, considerados os descritos no parágrafo 04 do caso?

Sim, adicionalmente consultar as respostas às perguntas número 2 e 26.

47. Os migrantes se valeram da assistência jurídica de emergência disponível em Arcádia, mencionada no parágrafo 03 do caso?

As autoridades de Arcadia entregaram às pessoas detidas uma lista que continha os seus direitos. Adicionalmente, as autoridades informaram às pessoas de maneira verbal e escrita que podiam solicitar assistência e representação jurídica e, nesse sentido, os funcionários entregaram-lhes uma lista com dados de contato das organizações da sociedade civil e clínicas jurídicas que poderiam assessorá-los e representá-los legalmente. Não obstante o anterior, as organizações da sociedade civil e as clínicas jurídicas não tinham capacidade para oferecer assistência a todos os wairenses.

48. Quais são as etapas, previstas na legislação de Waira, do procedimento de um recurso de amparo desde o momento do ajuizamento até o momento do julgamento final de primeira instância?

Consultar a resposta à pergunta número 10.

- 49. Com relação ao parágrafo 33, quais são os recursos judiciais e administrativos disponíveis em Arcadia, incluindo os requisitos procedimentais sob a legislação de Arcadia e o tribunal com a autoridade competente?**

Consultar a resposta à pergunta número 10.

- 50. Quais procedimentos foram utilizados pelos agentes da lei de Arcadia na detenção das 808 pessoas com antecedentes penais, incluindo se, entre outros, foi-lhes informada a razão da detenção, foi permitido comunicar-se e obter assessoramento legal?**

As autoridades comunicaram às pessoas de forma oral e escrita que não poderiam receber o reconhecimento da condição de refugiado *prima facie* já que tinham antecedentes penais, motivo pelo qual seriam detidas e submetidas a um processo ordinário de asilo conforme o estabelecido na Lei de Refugiados e Proteção Complementar. Todas as pessoas foram informadas de seus direitos no âmbito do processo de detenção e de asilo, particularmente sobre a possibilidade de solicitar assistência jurídica gratuita e de comunicar-se com o seu consulado, se assim desejassem. Também foi-lhes explicado que contavam com una série de recursos disponíveis para impugnar a sua detenção e a resolução de seu procedimento de asilo, em caso de resultar desfavorável. No momento da sua detenção foram postos à disposição da autoridade administrativa de maneira imediata e transferidos aos lugares onde permaneceram em custódia.

- 51. Com relação ao parágrafo 27, quais são os detalhes do acordo entre Arcadia e os Estados Unidos de Tlaxcochitlan, particularmente se o acordo inclui disposições sobre a possibilidade de que os deportados de Tlaxcochitlan poderiam ser deportados a Puerto Waira?**

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

- 52. O parágrafo 27 dos fatos do caso indica que os ministros de Relações Exteriores e do Interior de Arcadia e dos Estados Unidos de Tlaxcochitlán subscreveram um acordo. Com respeito ao assunto, precisar quais foram as obrigações (pontuais) que assumiram cada uma das partes no que se refere à circulação dos Wairenses no território dos Estados Unidos, assim como a proteção internacional que deveria ser oferecida aos mesmos?**

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

- 53. De acordo com o fato 15 “por volta de 7000 pessoas” chegaram a Arcadia, posteriormente, nos fatos 27 e 28 menciona-se que foram devolvidos a Tlaxcochitlán 591 e 217 pessoas respectivamente, perfazendo um total de 808 personas devolvidas. Desse número, quantas famílias e menores viram-se envolvidos em processos de desintegração familiar por causa das devoluções ocorridas no Estado de Arcadia?**

Consultar a resposta à pergunta número 21.

- 54. O parágrafo 22 dos fatos assinala que as autoridades de Arcadia identificaram “808 personas que teriam antecedentes penais”. Que tipo de delitos foram os que majoritariamente haviam cometido estas pessoas e os critérios para a determinação da gravidade dos mesmos?**

Consultar a resposta à pergunta número 2.

55. Quanto ao § 28, qual a estrutura judiciária de Arcádia? O recurso de revisão foi julgado pela última instância de Arcádia ou sua decisão poderia ser revista por outra corte?

Consultar a resposta à pergunta número 10.

56. O que dispõe o ordenamento de Arcádia a respeito da definição de crimes políticos?

Se refere ao conteúdo da legislação internacional.

57. As gangues de Puerto Waira possuem comando responsável que lhes possibilite executar operações militares de maneira organizada e contínua?

As gangues funcionam de maneira organizada e contam com líderes que dirigem os múltiplos grupos que integram as mesmas.

58. Quais são os nomes dos delitos que cometeram os 808 migrantes?

Consultar a resposta à pergunta número 2.

59. Quais são os delitos graves nos termos do artigo 40 da Lei sobre Refugiados e Proteção complementar?

Consultar a resposta à pergunta 36.

60. Gonzalo Belano forma parte do primeiro ou segundo grupo que foi deportado a Tlaxcochitlan?

Consultar a resposta à pergunta número 22.

61. Com relação às 217 pessoas mencionadas no parágrafo 28: utilizaram ou poderiam ter utilizado algum tipo de assistência jurídica estatal?

Consultar a resposta à pergunta número 24.

62. Com relação às 217 personas mencionadas no parágrafo 28: Existe algum recurso efetivo que poderiam ter interposto diante da negação do recurso de revisão?

Consultar a resposta à pergunta número 10.

63. Com relação às 808 pessoas devolvidas: Arcadia advertiu as autoridades de Puerto Waira sobre o risco a que estavam expostas ao regressar a seu país de origem, e/ou tomou algum tipo de medida tendente a garantir e/ou resguardar os direitos de tais pessoas?

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

64. Dentre os wairenses extraditados, haviam crianças? Se sim, qual foi especificamente o tratamento jurídico-assistencial providenciado durante a custódia?

Não, consultar a resposta à pergunta número 21.

65. Puerto Waira, enquanto Estado soberano, é membro da Organização dos Estados Americanos e também aceitou a jurisdição da Corte IDH? Se sim, quando ocorreu o depósito do instrumento de ratificação perante a Secretaria Geral?

Sim, aceitou a competência da jurisdição da Corte IDH e o depósito ocorreu em 1971.

66. Puerto Waira assinou algum tratado de deportação com os Estados Unidos de Tlaxcochitlán?

Somente o acordo estabelecido no parágrafo 27. É importante mencionar que Arcadia solicitou através das reuniões que tiveram com os Estados Unidos de Tlaxcochitlán que não deportassem as pessoas devido ao perigo que enfrentavam. Além disso, Arcadia realizou apenas a metade do pagamento prometido no início do acordo e suspendeu o segundo pagamento uma vez deportadas as pessoas, dado que considerou que não foi cumprido o acordo que tinham as partes.

67. Dentre as 808 pessoas devolvidas a Puerto Waira, quantas delas eram pais ou estavam cuidando das crianças que ficaram no Estado de Arcadia?

Consultar a resposta à pergunta número 21.

68. Com relação ao procedimento que existe em Arcadia para reconhecer as pessoas como refugiadas, encontra-se estabelecido dentro de alguma Lei?

Conforme os parágrafos 12 e 13 dos fatos do caso, este procedimento é regulamentado pela Lei sobre Refugiados e Proteção Complementar.

69. De que forma o Juizado Migratório de Pima analisou o risco da possível deportação dos wairenses pela República de Arcadia e definiu um grupo como tendo “alto risco” de tortura e perigo e outro como tendo “probabilidade razoável” de tortura e perigo ao decidir o mérito no recurso de agravo e no recurso de revisão interpostos?

Os juizados analisaram o risco de sofrer tortura caso por caso, atendendo às alegações de perseguição realizadas por cada indivíduo, analisando a informação disponível sobre o contexto do país de origem e levando em consideração as disposições nacionais e internacionais pertinentes.

70. Há alguma maneira de desenvolver a concepção de crimes graves e delitos comuns para a República de Arcadia por meios de legislação internacional ou interna ou se trata de um conceito abstrato?

Consultar a resposta à pergunta 36.

71. A República de Puerto Waira tem uma população total de 6,4 milhões de pessoas, da qual 95% são afrodescendentes e os 5% restantes são mulatos e brancos e a caravana de wairenses para Arcadia contou com maioria de afrodescendentes. Existe um histórico de racismo na sociedade arcadiana?

Existe discriminação, mas o Estado de Arcadia tem desenvolvido diversas medidas para prevenir e combater a discriminação e a xenofobia, entre elas campanhas de sensibilização e capacitação para funcionários públicos.

72. Das 37 pessoas identificadas no parágrafo 32, quantas estavam no grupo de 217 pessoas que interpuseram recurso de amparo em Arcadia? Estas 217 pessoas interpuseram individualmente o recurso de amparo ou tratou-se de uma demanda coletiva?

Não existem dados que permitam determinar se as 37 vítimas identificadas interpuseram ou não um recurso de amparo contra sua deportação desde Arcadia. Porém, a informação disponível demonstra

que todos os recursos interpostos no âmbito interno do Estado foram apresentados de maneira individual, ao passo que a demanda por reparação do dano direto, apresentada através do consulado de Arcadia em Puerto Waira, foi interposta de forma coletiva, de acordo com o estabelecido no parágrafo 32 dos fatos do caso.

- 73. Tlaxcochitlán possui legislação relativa à tramitação de pedidos de asilo e ratifica os principais tratados de direitos humanos relativos à matéria? No caso de já terem sido identificadas violações dos direitos dos migrantes no país, ele se comprometeu a aprimorar suas práticas internas no momento da celebração do acordo com Arcadia?**

Não existe informação a respeito.

- 74. As 808 pessoas deportadas para Tlaxcochitlán, ao chegar ao país, tiveram a possibilidade de solicitar asilo e de recorrer ao judiciário interno?**

Não existem dados sobre os processos de deportação realizados em Tlaxcochitlán.

- 75. Quais foram os crimes que os refugiados deportados foram acusados de cometer? Qual a maioria penal e civil em Puerto Waira, Tlaxcochitlán e Arcadia?**

Consultar a resposta à pergunta número 2. A maioria nos três países é de 18 anos.

- 76. Há algum acordo multilateral sobre responsabilidade compartilhada entre Tlaxcochitlán, Puerto Waira e Arcadia? Se sim, quais os termos desse acordo?**

Verificar o estabelecido no parágrafo 27 dos fatos do caso.

- 77. Qual a motivação da decisão que julgou improcedente o recurso de amparo para obstar a deportação interposto pelos 217 wairenses?**

Consultar a resposta à pergunta número 69.